N°22 BOLETIM TRIMESTRAL

OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA POLÍTICA E ELEITORAL NO BRASIL

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO Centro de Ciências Jurídicas e Políticas - CCJP Escola de Ciência Política - ECP Grupo de Investigação Eleitoral - GIEL

Coordenação Geral

Felipe Borba

Cientista político e Coordenador do Grupo de Investigação Eleitoral

Coordenação do Observatório

Miguel Carnevale

Pesquisador de pós-graduação e Bolsista CAPES

Beatriz Carvalho

Pesquisadora de pós-graduação, Rutgers University-New Brunswick

Equipe de Trabalho

Pedro Bahia

Pesquisador de pós-graduação, Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP/UERJ

Mariana Monteiro

Bolsista de iniciação científica, CNPq

Arthur Alves

Bolsista de iniciação científica, Unirio

Gabriel Lima

Bolsista de iniciação científica, Faperj

Isabela Lima

Pesquisadora de graduação, Unirio

Projeto Gráfico

Potentia Assessoria e Consultoria Política

Financiamento

Fundo Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro - Faperj Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

O Conteúdo desse material pode ser reproduzido total ou parcialmente em qualquer forma e em qualquer meio de comunicação desde que a fonte seja devidamente citada.

Para maiores informações sobre esta publicação, acessar www.giel.uniriotec.br ou enviar correio eletrônico para giel@unirio.br

SUMÁRIO

04

APRESENTAÇÃO

05

OS NÚMEROS DA VIOLÊNCIA

07

OS TIPOS DE VIOLÊNCIA



AS VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA

10

OS PARTIDOS POLÍTICOS ATINGIDOS

12

ANEXO



APRESENTAÇÃO

Na edição de número 22 do Boletim Trimestral do Observatório da Violência Política e Eleitoral, exibimos os dados de monitoramento da violência contra lideranças políticas e familiares no Brasil ocorridos entre os dias primeiro de abril e 30 junho de 2025.

No trimestre, o OVPE contabilizou 130 casos de violência. Alguns desses casos remetem à graves episódios de violência contra mulheres na política, com grande repercussão na opinião pública e na imprensa. A título de exemplo, em maio, a Ministra do Meio Ambiente Marina Silva sofreu ataque misógino em audiência de uma comissão no Senado Federal.

No mesmo mês, 26 deputadas estaduais da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) foram vítimas de ameaças de estupro e de morte. Com cunho misógino e racista, a violência foi proferida através de uma mensagem de e-mail coletivo endereçado às parlamentares. Longe de serem episódios isolados, essas violências evidenciam as violências de gênero que vitimizam mulheres brasileiras cotidianamente.

Nesta edição, destacamos as seguintes informações:

- 130 episódios de violência contra lideranças políticas ou familiares foram contabilizados, uma diminuição de 12,2% em comparação ao trimestre anterior.
- Desde 2019, com o início do monitoramento do OVPE, alcançou-se a marca de 3.100 episódios de violência política no Brasil.
- 24 estados somam casos, com destaque para São Paulo, com 40 episódios (30,8%).

- A violência do tipo psicológica permanece como a mais comum, com 63 episódios no período (48,5%).
- Pela primeira vez nas edições dos boletins, lideranças políticas mulheres foram mais atingidas frente ao homens, com 70 episódios (53,8%).
- 22 partidos políticos somam ao menos uma vítima. O Partido dos Trabalhadores (PT) lidera, com 21 episódios (16,2%), seguido pelo Partido Liberal (PL), com 19 episódios.

O boletim do OVPE é uma publicação realizada pelo Grupo de Investigação Eleitoral da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (GIEL/UNIRIO), com apoio financeiro da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Para conhecer detalhes sobre os objetivos e a metodologia do boletim, convidamos você a visitar a nossa página eletrônica no endereço giel.uniriotec.br. Contamos com a boa acolhida de nosso boletim pela comunidade científica brasileira e demais interessados. Comentários, críticas e sugestões podem ser encaminhados para o e-mail: giel@unirio.br

Site: www.giel.uniriotec.br

E-mail: giel@unirio.br

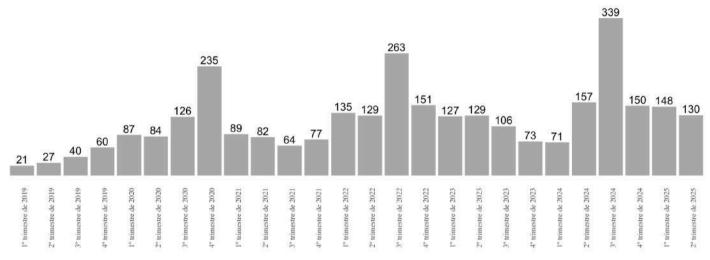
Instagram: @giel_unirio

X (Twitter): @giel_unirio

OS NÚMEROS DA VIOLÊNCIA

Entre abril e junho de 2025, o Observatório contabilizou 130 episódios de violência contra lideranças políticas e/ou seus respectivos familiares no país. O número representa uma diminuição de 12,2% em relação ao trimestre anterior, e 17,2% em comparação ao mesmo período no ano passado. Desde o início da contabilização, em 2019, o OVPE já registra 3.100 episódios de violência política em todo o país.

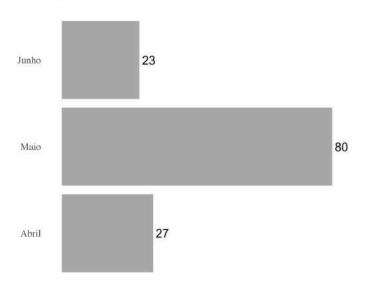
Gráfico 1: Evolução do número de casos de violência contra lideranças políticas



Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral

A distribuição dos episódios de violência variou ao longo dos meses do trimestre. Segundo o gráfico 2, enquanto em abril foram registrados 27 episódios (20,8%), o número salta para 80 em maio (61,5%), e cai para 23 em junho (17,7%). O elevado número de episódios em maio diz respeito às ameaças de morte e estupro endereçadas às deputadas estaduais de São Paulo – uma discussão sobre o ocorrido está presente na subseção de Violência Contra Mulheres na Política.

Gráfico 2: Evolução do número de casos de violência contra lideranças políticas no trimestre (2º trimestre de 2025)

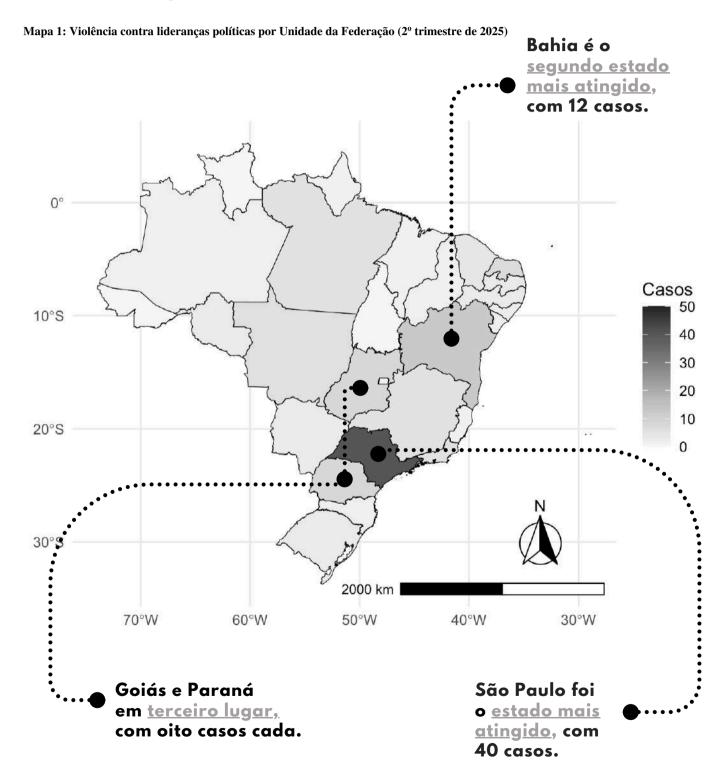


Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral

Imagem 1: Número de casos de violência contra lideranças políticas desde 2019



Ao observar a distribuição da violência pelo território, as cinco regiões do Brasil registraram casos, com destaque para o Sudeste, com 51 casos (39,2%). Em seguida, aparece o Nordeste, com 36 casos (27,7%); o Centro-Oeste, com 18 (13,8%), o Sul, com 13 (10%), e o Norte, com 11 (8,5%). Os dados indicam reversão frente ao trimestre anterior, no qual a região Sul havia sido a mais atingida. Neste segundo trimestre, Sudeste e Nordeste voltam a liderar o *ranking*.



O mapa 1 exibe que 24 unidades da federação registraram ao menos uma ocorrência de violência no período. O estado de São Paulo se destaca com 40 episódios (30,8%). Em seguida, aparecem a Bahia, com 12 episódios (9,2%), e Goiás e Paraná, com oito episódios cada (6,1% cada). Vale lembrar que um episódio no período teve como alvo a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e que, por se tratar de um cargo no nível administrativo da União, o episódio não é atribuído a um estado específico.

OS TIPOS DE VIOLÊNCIA

A partir do gráfico 3, nota-se que a violência psicológica permanece como tipo de violência mais frequente no país, somando 63 episódios no período (48,5%). Em seguida, surge a violência física, com 33 episódios (25,4%), a violência semiótica, com 27 episódios (20,8%), e sete casos de violência econômica (5,4%). No trimestre, não foram notificados episódios de violência sexual contra lideranças políticas ou familiares.

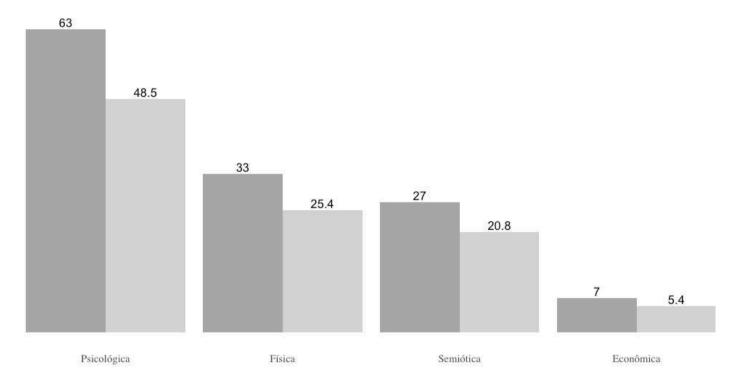


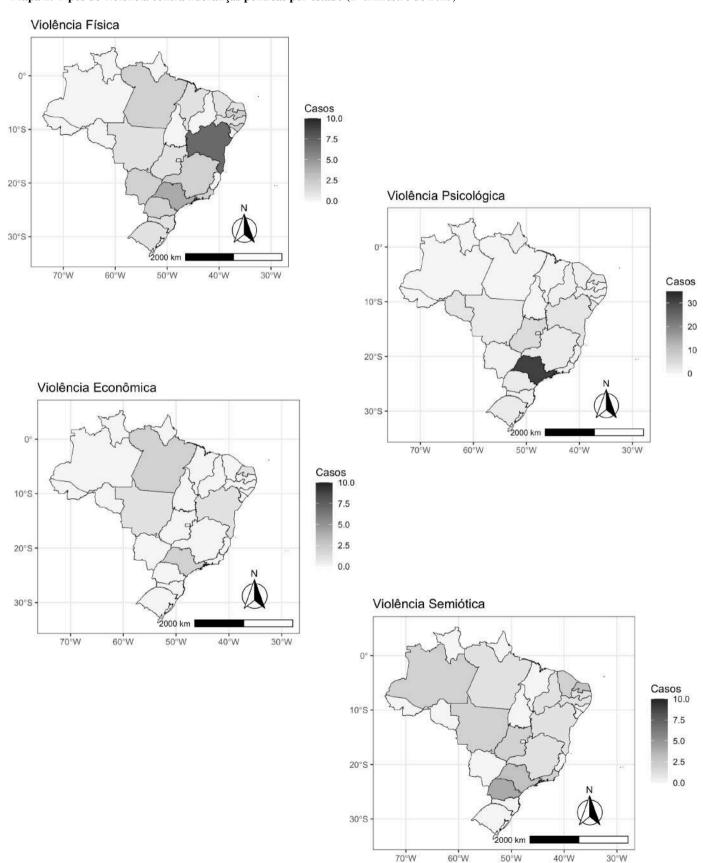
Gráfico 3: Tipos de violência contra lideranças políticas (2º trimestre de 2025)

Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral

A violência psicológica esteve presente em 19 estados, com atenção a São Paulo (31 episódios). O elevado número de casos de violência do tipo psicológica, concentrado nesta unidade da federação em específico – frequência incomum para um trimestre não eleitoral – é, novamente, explicado pelos episódios de ameaças advindas de um e-mail coletivo contra as deputadas estaduais da Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP).

A violência física, por sua vez, ocorreu em 17 estados, com destaque para a Bahia, com sete casos. Por fim, 14 estados notificaram episódios de violência semiótica, enquanto cinco estados registraram casos de violência econômica. Em relação aos homicídios tentados e consumados – os subtipos mais letais da violência política—, 11 estados registraram casos, com destaque para Alagoas, Bahia, Paraíba e Rio de Janeiro, todos com dois casos cada.

Mapa 2: Tipos de violência contra lideranças políticas por estado (2º trimestre de 2025)



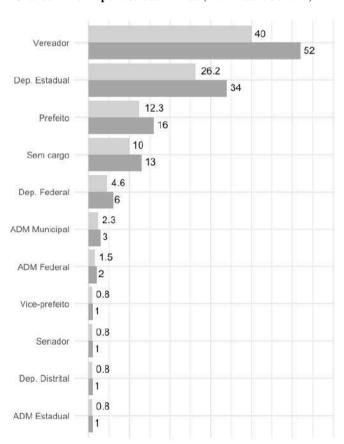
Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral

*Veja no Anexo a tabela com o quantitativo de casos por estado

AS VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA

Lideranças políticas atuantes na esfera municipal permanecem como as vítimas preferenciais da violência. Neste trimestre, a tabela 1 exibe que 52 casos (40%) foram contra vereadores. Ao somarmos os casos de violência contra vereadores, prefeitos, vice-prefeito e funcionários da administração pública municipal, a frequência é elevada para 72 – o que representa 55,4% de todos os episódios violentos do trimestre.

Gráfico 4: Perfil político das vítimas (2º trimestre de 2025)



Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral

Novamente, para além das lideranças a nível local, chama atenção neste trimestre os casos contra deputados estaduais, sobretudo os episódios violentos proferidos contra as parlamentares da ALESP. Ao todo, este cargo político soma 34 casos de violência no período (26,2%).

No que diz respeito às características sociodemográficas das vítimas na Tabela 2, mulheres somam 70 episódios (53,8%), enquanto homens somam 60 episódios (46,2%).

Tabela 1: Perfil social das vítimas (2º trimestre de 2025)

Perfil	Vítimas	Percentual
Feminino	70	53.8
Masculino	60	46.2
18 a 29	11	8.5
30 a 39	35	26.9
40 a 49	35	26.9
50 a 59	20	15.4
60 ou mais	27	20.8
Não Informado	2	1.5
Ensino Fundamental	5	3.8
Ensino Médio	27	20.8
Ensino Superior	92	70.8
Lê e escreve	3	2.3
Não informado	3	2.3
Branca	67	51.5
Indígena	2	1.5
Não informado	4	3.1
Parda	32	24.6
Preta	25	19.2

A média de idade das vítimas foi de cerca de 46 anos. As faixas etárias de 30 a 39 anos e 40 a 49 anos concentram o maior número de episódios violentos. No trimestre, a vítima mais nova tinha 23 anos, enquanto a mais velha, 80 anos.

Em relação à escolaridade, 71% das vítimas possuíam ensino superior completo ou incompleto – resultado que acompanha os trimestres anteriores. Por fim, quanto à cor/raça autodeclarada, 67 episódios foram contra vítimas que se declararam brancas (51,5%), 32 contra pardas (24,6%), 25 contra pretas (19,2%) e dois contra indígenas (1,5%).

Violência Contra Mulheres Na Política

Em nosso último boletim, incluímos, pela primeira vez, uma seção especial sobre violência contra mulheres na política. Como destacamos, esse tipo de violência pode ser definido como uma tentativa de eliminar mulheres da vida pública, o que, por sua vez, pode ocorrer por meio de diferentes formas. O levantamento do OVPE registra casos de violência contra mulheres na política seguindo as categorias de violência elaboradas por Krook (2020) [1], igualmente adotadas para o restante de nosso banco de dados, em que registramos casos de violência econômica, física, psicológica, semiótica e sexual.

Neste segundo trimestre de 2025, e pela primeira vez desde que começamos nossa coleta de dados em 2018, o número de mulheres vítimas de violência superou o de homens: foram 70 mulheres (53,8%), em comparação aos 60 casos registrados contra homens (46,2%). Essa troca na distribuição de gênero em nosso banco de dados reflete a intensidade com que o fenômeno da violência contra mulheres na política se dá no país e, para além disso, reforça a necessidade de esforços de coleta de dados de forma ampla e sensível a questões de gênero.

[1] KROOK, Mona Lena. Violence against women in politics. New York: Oxford University Press, 2020.

Seguindo uma análise interseccional, também é importante destacar que, entre as mulheres atacadas, 26 (37,1%) neste trimestre são pretas ou pardas. Em nosso último boletim, pretas e pardas constituíram 15% dos casos registrados. Apesar de as mulheres brancas continuarem maioria, faz-se necessário lembrar da sub-representação de mulheres pretas e pardas na política institucional brasileira: o número de mulheres pretas e pardas vítimas de violência nos últimos três meses supera as taxas de participação e de sucesso eleitoral desses grupos. Novamente, tais números ressaltam a necessidade de análises de gênero plurais, em que mulheres não são vistas como um grupo homogêneo e igualmente afetado.

No que diz respeito ao tipo de violência aplicada, nossos relatórios têm revelado, de forma consistente, que mulheres na política brasileira são afetadas principalmente pelas violências psicológica, semiótica e sexual. Neste trimestre, a violência psicológica permanece como a mais prevalente, principalmente devido ao ataque coordenado contra todas as 26 deputadas estaduais da ALESP, que receberam ameaças de morte e estupro via e-mail. A violência semiótica, que busca minimizar a vítima por meio da invisibilização, desqualificação e objetificação, foi observada em 32,8% (23) dos casos contra mulheres — e, de forma geral, em 20% do total do banco, o que evidencia, de maneira geral, um possível aumento de ataques contra grupos minoritários, que, por sua vez, representam o maior perfil de vítimas desse tipo de violência.

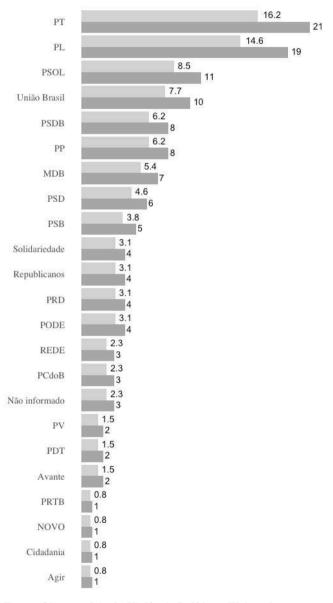
OS PARTIDOS POLÍTICOS ATINGIDOS

No segundo trimestre de 2025, 22 partidos tiveram ao menos uma liderança política – ou familiar – vítima de violência. O Partido dos Trabalhadores

PÁGINA | 11

(PT) lidera o *ranking*, com 21 episódios (16,2%), seguido pelo Partido Liberal (PL), com 19; o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), com 11; e o União Brasil (UB), com 10. Em três episódios, não foi possível identificar a filiação partidária da vítima.

Gráfico 5: Filiação partidárias das vítimas (2º trimestre de 2025)



ANEXO

Tabela 2: Tipos de violência por estado (2º trimestre de 2025)

	Econômica	Física	Psicológica	Semiótica
AL	0	2	0	0
AM	0	0	0	2
AP	0	0	1	0
BA	1	7	3	1
CE	0	1	1	2
DF	0	0	1	0
ES	0	0	1	0
GO	0	1	5	2
MA	0	1	0	0
MG	0	2	2	1
MS	0	2	1	0
MT	1	1	2	2
Não se aplica	0	0	0	1
PA	2	2	0	1
PB	0	2	0	1
PE	0	1	1	1
PI	0	0	1	1
PR	0	2	2	4
RJ	0	2	1	2
RN	1	1	2	3
RO	0	0	3	0
RS	0	1	2	0
SC	0	1	1	0
SE	0	0	2	0
SP	2	4	31	3

